**Ministério das Corporações
e Previdência Social**

Capítulo 2.º «Secretaria-Geral — Secretaria-Geral»:

Artigo 24.º, n.º 1) «Rendas de casa» 4 304 500\$00

Ministério da Saúde e Assistência

Capítulo 4.º «Direcção-Geral da Assistência»:

Artigo 64.º, n.º 1) «Subsídios a cofres . . .»:

Alínea 1 «Assistência na gravidez,»	16 561\$60
Alínea 4 «Assistência à família:»	625 811\$20
Alínea 6 «Outras modalidades de assistência»	620\$80
	<u>642 993\$60</u>
	<u>13 496 271\$00</u>

Art. 3.º Para compensação dos créditos designados no artigo anterior são efectuadas as seguintes alterações ao Orçamento Geral do Estado em execução, representativas de aumentos de previsão de receitas e de redução em verbas de despesa:

Orçamento das receitas do Estado

Capítulo 1.º, artigo 1.º «Contribuição industrial»	2 000 000\$00
Capítulo 8.º, artigo 215.º «Receitas diversas»	642 993\$60
	<u>2 642 993\$60</u>

Ministério das Finanças

Capítulo 1.º, artigo 13.º	4 705 026\$40
Capítulo 7.º, artigo 61.º, n.º 1)	6 000 000\$00
Capítulo 17.º, artigo 209.º, n.º 1)	20 000\$00
	<u>10 725 026\$40</u>

**Ministério das Corporações
e Previdência Social**

Capítulo 2.º, artigo 16.º, n.º 1)	123 251\$00
	<u>13 496 271\$00</u>

Art. 4.º É autorizada a seguinte alteração de rubrica no orçamento do Ministério das Finanças:

A observação (b) aposta à dotação do capítulo 1.º, artigo 1.º, n.º 1), alínea 1, é alterada para:

Idem e portarias publicadas em 19 de Dezembro de 1966 e 30 de Dezembro de 1967, 2.ª série.

Estas correcções orçamentais foram registadas na Direcção-Geral da Contabilidade Pública, nos termos do § único do artigo 36.º e nos da parte final do artigo 37.º do Decreto n.º 18 381, de 24 de Maio de 1930, e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o aludido § único do artigo 36.º do Decreto n.º 18 381.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 1 de Maio de 1968. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Jorge Martins da Mota Veiga — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — Mário Júlio de Almeida Costa — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — José Albino Machado Vaz — Joaquim Moreira da Silva Cunha — Inocêncio Galvão Teles — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Francisco Pereira Neto de Carvalho.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo uma comunicação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, em 7 de Março de 1968, eram partes contratantes da Convenção sobre a Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago em 7 de Dezembro de 1944, os seguintes países, ordenados segundo a ordem alfabética em língua inglesa:

Afeganistão, Argélia, Argentina, Austrália, Áustria, Barbados, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bulgária, Birmânia, Burundi, Camboja, Camarões, Canadá, República Centro-Africana, Ceilão, Chade, Chile, China, Colômbia, Congo (Brazzaville), Congo (Léopoldville), Costa Rica, Cuba, Chipre, Checoslováquia, Daomé, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Salvador, Etiópia, Finlândia, França, Gabão, República Federal da Alemanha, Ghana, Grécia, Guatemala, Guiné, Guiana, Haiti, Honduras, Islândia, Índia, Indonésia, Irão, Iraque, Irlanda, Israel, Itália, Costa do Marfim, Jamaica, Japão, Jordânia, Quênia, Coreia, Kuwait, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Luxemburgo, República Malgaxe, Malawi, Malásia, Mali, Malta, Mauritânia, México, Marrocos, Nepal, Países Baixos, Nova Zelândia, Nicarágua, Níger, Nigéria, Noruega, Paquistão, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Polónia, Portugal, Roménia, Ruanda, Arábia Saudita, Senegal, Serra Leoa, Singapura, República da Somália, África do Sul, Espanha, Sudão, Suécia, Suíça, Síria, Tanzânia, Tailândia, Togo, Trindade e Tabago, Tunísia, Turquia, Uganda, República Árabe Unida, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Estados Unidos da América, Alto Volta, Uruguai, Venezuela, Vietname, Iémen, Jugoslávia e Zâmbia.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 20 de Abril de 1968. — O Director-Geral, José Calvet de Magalhães.

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo uma comunicação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, em 7 de Março de 1968, eram partes contratantes do Acordo Relativo ao Trânsito dos Serviços Aéreos Internacionais, assinado em Chicago em 7 de Dezembro de 1944, os seguintes países:

Afeganistão, Argélia, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Burundi, Camarões, Canadá, Ceilão, Costa Rica, Cuba, Chipre, Checoslováquia, Daomé, Dinamarca, Salvador, Etiópia, Finlândia, França, República Federal da Alemanha, Grécia, Guatemala, Honduras, Islândia, Índia, Irão, Iraque, Irlanda, Israel, Costa do Marfim, Jamaica, Japão, Jordânia, Coreia, Kuwait, Libéria, Luxemburgo, República Malgaxe, Malásia, Malta, México, Marrocos, Nepal, Países Baixos, Nova Zelândia, Nicarágua, Níger, Nigéria, Noruega, Paquistão, Paraguai, Filipinas, Polónia, Portugal, Ruanda, Senegal, Singapura, República da Somália, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Tailândia, Togo, Trindade e Tabago, Tunísia, Turquia, República

Árabe Unida, Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, Estados Unidos da América, Venezuela e Zâmbia.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 20 de Abril de 1968. — O Director-Geral, *José Calvet de Magalhães*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

Portaria n.º 23 340

O regime açucareiro em vigor é caracterizado pela existência de três tipos de açúcar: «areado corrente», vulgarmente conhecido por «açúcar amarelo», «areado branco» e «granulado», este também vulgarmente designado por «açúcar pilé».

Em conformidade com o que se encontra estabelecido por esse regime, as indústrias que utilizam açúcar como matéria-prima são apenas abastecidas com açúcar granulado, o qual lhes é fornecido a preço superior ao respectivo custo de produção.

Recai, assim, sobre essas indústrias um agravamento do preço de uma matéria-prima que para muitas é essencial, destinado a compensar o prejuízo resultante da fixação do preço do açúcar areado corrente — «amarelo» — abaixo do seu custo de produção.

Verificada, porém, a inferior qualidade dos tipos de açúcar designados por «areado corrente» e «areado branco», que apresentam índices baixos de polarização e elevado teor de humidade e de açúcares invertidos, e reconhecida ainda a possibilidade de melhorar a qualidade do açúcar granulado, foi, por despacho do Secretário de Estado da Indústria de 29 de Março de 1967, determinada a reorganização da indústria de refinação de açúcar, de modo a conduzi-la a produzir apenas «granulado» — o tipo de açúcar normalmente consumido nos países da Europa Ocidental.

Mas ainda outra finalidade não menos importante se teve em vista ao determinar essa reorganização: a eliminação do agravamento do preço do açúcar destinado à indústria a que atrás se aludiu, pois que pela reorganização cessará, como se disse, o fabrico de açúcar amarelo, cujo preço actualmente beneficia de uma redução correspondente ao dito agravamento.

Determinou-se, porém, pela mesma reorganização, que as quatro unidades industriais resultantes da concentração das refinarias existentes comecem a laborar segundo o novo regime a partir do início do ano cultural de 1970-1971, data esta que não pode, como se desejava, ser antecipada, pois que antes dela não é possível proceder à construção dos edifícios, importação e instalação de equipamento adequado e adaptação a novos métodos de fabrico.

Mas se não é desde já viável entrar no caminho desejado e imposto pelos melhores preceitos económicos e higiénicos, é, todavia, possível atenuar imediatamente os graves inconvenientes resultantes do elevado preço de venda do açúcar a determinadas indústrias, diminuindo-o à custa de um leve aumento de preço do açúcar «amarelo», que, como se disse, em breve deixará de ser fabricado e já hoje, por motivos técnicos e higiénicos, não é oferecido ao consumo de nenhum país evoluído. Não sendo assim, a indústria nacional, que se encontra muito próxima da estagnação, caminharia para o desaparecimento, por não poder suportar a concorrência no mercado interno de produtos importados, em cuja composição entra açúcar fornecido ao preço internacional, ou

seja a cerca da terça parte do preço que vem sendo praticado em relação ao fornecimento daquela indústria que tanto interessa fazer prosperar. E se tivermos em conta apenas as importações originárias dos países que fazem parte da Associação Europeia de Comércio Livre, um tal inconveniente nem sequer é parcialmente compensado pela protecção pautal, pois que esta, em relação a esses países, vem sendo gradualmente diminuída e, em data que se aproxima, será totalmente eliminada.

Mas impõe-se ainda considerar, entre as indústrias portuguesas que empregam o açúcar como matéria-prima, algumas que, se, a par do aperfeiçoamento técnico e da satisfação de outras condições essenciais, forem abastecidas ao preço internacional dessa matéria-prima, relevante na formação dos respectivos custos de produção, apresentarão perspectivas de larga penetração nos mercados externos. Esse será o caso das indústrias que utilizam matérias-primas nacionais, como o cacau, o leite e as frutas. E ao falar-se da produção de frutas logo se sente a imperiosa necessidade de acompanhar com uma indústria técnica e economicamente válida ou competitiva de conservas de frutas o relativamente recente, mas já notável, esforço da lavoura, sempre seguido e estimulado pelos órgãos da Administração, em tudo quanto respeita à fruticultura.

Teremos assim que, na sequência de outras medidas já tomadas pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, sob proposta dos Ministros das Finanças e da Economia, agora decididamente se vai dar mais um passo no apoio à actividade industrial para que possa exportar e se possa defender da concorrência que dentro do próprio mercado nacional lhe fazem os fabricos estrangeiros. As indústrias que se encontram nestas condições verão baixar o preço do açúcar que utilizam nos produtos que vendem no mercado da parte europeia do país, onde estão instaladas, de 8\$20 para 7\$20; estas mesmas indústrias sempre que exportem para o estrangeiro, ou vendam para os demais territórios nacionais, pagarão à cotação internacional, que se calcula ser 3\$ por quilograma, o açúcar que incorporem nos fabricos exportados ou fornecidos ao ultramar.

O aumento do preço do açúcar areado corrente, que agora se estabelece, acrescido da contribuição do Fundo de Abastecimento, servirá de contrapartida da redução do preço do açúcar granulado a fornecer à indústria neste período transitório. Um tal aumento não terá reflexos sensíveis nos consumidores, aos quais inicialmente se destinava, não só porque é baixa a capitação média de açúcar, mas ainda porque um preço aliciente não se tem revelado suficiente para anular os efeitos da elevação do nível de vida e das crescentes exigências qualitativas da população em geral.

Isto significa que o consumo de açúcar areado corrente tem decrescido natural e progressivamente em favor do consumo de açúcar areado branco, mantendo-se apenas, ou talvez aumentando, o desvio clandestino de quantidade apreciável daquele açúcar areado corrente para utilizações fraudulentas, mas muito lucrativas, que os rigores da lei não conseguem evitar.

Pode, em consequência, dizer-se que do mesmo passo que se dá decisivo contributo para o estabelecimento de condições concorrenciais em favor de certas indústrias que muito convém incrementar, algumas delas intimamente relacionadas com a produção agrícola, são devidamente ponderadas as preferências e o interesse dos consumidores, pois que só essa ponderação determina que se mantenha inalterado o preço do açúcar areado branco transitariamente produzido.